



Ata nº 5/2024 – Sessão Ordinária de doze de dezembro de 2024

-----Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas, a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, dando a palavra à senhora Primeira Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”) .-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldès;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por

Góis"); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

-----**FALTAS:** -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldês (Partido Social Democrata);-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho (Partido Social Democrata);-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso (Partido Social Democrata);-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata).-----

-----**SUBSTITUIÇÕES:** -----

-----Foram substituídos os seguintes membros: -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldês foi substituída por Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa;-

-----José Ricardo Rosa de Carvalho foi substituído por Hugo Miguel Nunes Gonçalves;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso foi substituído por Erminda Maria Alves Muro;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Tiago Miguel Moniz Ferreira; -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que os membros ausentes justificaram a sua falta, tendo a mesa aceitado e validado a justificação. -----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----Nuno Miguel Martins Bandeira;-----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----De seguida foi pela Segunda Secretária, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, lida a Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata nº 4/2024;-----

-----2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal;-----

-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Discussão e Votação dos Documentos Previsionais/Ano 2025;-----

- 2. Discussão e Votação do Mapa de Pessoal/Ano 2025;-----
- 3. Discussão e Votação da Proposta de Fixação das Formas de Apoio às Freguesias do Concelho/Ano 2025;-----
- 4. Discussão e Votação do Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais - Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais - Atualização Ordinária do Valor das Taxas Municipais 2025;----
- 5. Discussão e Votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação - Atualização Ordinária do Valor das Taxas Municipais 2025;-----
- 6. Discussão e Votação da Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais no Âmbito da Lei Dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) - Ano De 2025;-
- 7. Discussão e Votação do Regulamento de Utilização da Casa da Cultura de Góis;-----
- 8. Discussão e Votação da Alteração do Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais;-----
- 9. Discussão e Votação do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Góis;-----
- 10. Discussão e Votação do Plano Municipal de Ação Climática.-----
- 11. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais - Ano 2024 – Comunicação periódica----
- 12. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 4/2024**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 4/2024.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, o membro Nuno Miguel Almeida Alves Baeta, Adriana Flávia Amaro Martins Sanches, Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa não participaram na votação por não terem estado presente na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais existindo outro que é também encaminhado para todos os membros da Assembleia Municipal. Contudo, referiu ter sido rececionado e-mail do senhor José Luís Pinto Ferreira Faustino relativamente a uma intervenção do público na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 20.09.21 tendo para efeito sido dado conhecimento do teor do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente, referiu que na reunião do Conselho Municipal de Segurança, realizada no passado dia 07.11.24, foi dado conhecimento dos dados da criminalidade até final de outubro relativos ao ano em curso tendo havido um ligeiro acréscimo em relação ao ano de 2023, uma vez que se registaram 114 crimes face aos 79 registados no ano transato. Em relação à sinistralidade rodoviária o número subiu de 50 para 55 acidentes do ano de 2024. Quanto a incêndios florestais verificou-se um número bastante inferior ao do passado ano, ou seja, somente 0,20 ha de área ardida. No que concerne ao combate à vespa velutina referiu que houve uma redução de ninhos em relação ao ano de 2023 que se registaram 176 e no presente ano 86, traduzindo-se numa boa nova para os apicultores concelhios.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que irá fazer uma observação de algo que foi dito na penúltima reunião da Câmara Municipal entendendo ter sido despropositado, i.e., o senhor Presidente da Câmara Municipal ter dito à senhora Vereadora da oposição, Dr.ª Bárbara Patrícia Correia Serra, a propósito das contas, “que se algum dia vier a desempenhar funções na Câmara Municipal”, sendo sua opinião que foi uma observação despropositada, tendo caído mal à sua pessoa ter ouvido essas palavras, porque qualquer pessoa que seja eleitora em Góis pode ser candidata à Câmara Municipal e poderá vir a desempenhar funções na Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente, questionou se houve alguma evolução sobre o processo do Parque da Oitava, bem como se é ou não pretensão do Município a venda de algum material lenhoso na Carvalhinha, bem como se já foi concluída a avaliação da Quinta do Baião e caso tenha sido qual o valor.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quanto à observação realizada provavelmente não foi entendido em que contexto é que proferiu as referidas palavras. As suas palavras não tiveram como sentido dizer que a senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra tinha ou não capacidades para ser ou não eleita, porque o tem como qualquer munícipe, salientando que o que disse foi no sentido de perceber que quanto a determinadas dinâmicas nós quando estamos fora não nos conseguimos aperceber de como é que as coisas funcionam a não ser quando estamos dentro no exercício do cargo. Reiterou as suas palavras, qualquer cidadão do concelho Góis é um possível candidato e poderá ser eleito Presidente da Câmara Municipal, sendo que o que, muitas vezes, temos perceção cá fora somente quando estamos a exercer funções é que nos apercebermos como é que as coisas realmente correm e as dificuldades que temos, foi nesse sentido que se pronunciou pelo que caso a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão tenha percebido o contrário, percebeu mal. --

-----Relativamente ao Parque da Oitava referiu estar em desenvolvimento o lançamento do procedimento para venda de material lenhoso, sendo que na Carvalhinha também se pretende tomar o mesmo procedimento. Em relação à Quinta do Baião referiu ter sido já realizada a avaliação sendo que a avaliação total dos dois artigos da referida propriedade, foi cerca de oitocentos mil euros. -----

-----A senhora Adriana Flávia Amaro Martins Sanches iniciou a sua intervenção parabenizando a Câmara Municipal e os trabalhadores por mais uma edição e sucesso da Feira dos Santos, do Mel e da Castanha, continuando o evento em crescimento e também a adesão por parte dos artesãos, feirantes e público. Referiu que, no passado dia 23.11.24, a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho levou a efeito mais uma montaria mista, veados e javalis, que decorreu no lugar de Foz/Fonte Limpa, na freguesia de Alvares, tendo-se associado a esta 170 caçadores, salientando a presença de 10 mulheres caçadoras, iniciativa que irá ser transmitida pelo canal espanhol Caza e Pesca sendo que esta Montaria irá levar o nome de Góis bem longe. No passado dia 29.11.24 esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Juventude referindo que apesar da questão da inexistência de reuniões regulares, acredita que estas irão ser realizadas mais regularmente, não podendo deixar passar em branco a referência de ver as associações ligadas à juventude a participarem ativamente e desejarem fazer mais por Góis. Ainda na área da juventude felicitou a Associação de Juventude de Góis e a de Vila Nova do Ceira por terem representando os jovens do concelho no 20º Encontro Internacional de Associações Juvenis na cidade da Covilhã.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus apresentou à Câmara Municipal um reconhecimento pelos trabalhos realizados na limpeza das faixas de gestão, salientando a existência de alguns pontos que

necessitam de raios de proteção para melhor se circular em segurança. Referiu que lhe foi comunicado a possibilidade de serem cortadas algumas curvas na estrada do Vale do Ceira estando previsto os trabalhos iniciarem-se na zona de Cortecega pelo que solicitou que essa situação fosse reconsiderada e que fosse dada prioridade a um ponto crítico existente à entrada da Sandinha por dois motivos, ou seja, primeiro pelo perigo que apresenta, e segundo o aproveitamento da pedra ali existente por ser fundamental para a obra que se pretende iniciar do ano 2025, junto ao Poceirão, em Cabreira. Ainda na União de Freguesias questionou se está previsto a construção de um parque de estacionamento em alguma das aldeias desta freguesia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu reputar de excelente o trabalho de limpeza das faixas de gestão na União de Freguesias apesar das dificuldades que a empresa diariamente se confronta devido à orografia e ao porte das árvores o que dificulta o cumprimento do prazo para a execução dos trabalhos em questão tendo para o efeito a empresa solicitado a prorrogação do prazo de execução para término dos trabalhos em questão. Sobre a colocação de raios referiu ser sabido a existência de zonas que necessitam desse equipamento, tendo recentemente sido colocado em algumas zonas do concelho, pelo que havendo a possibilidade outras serão também contempladas. Sobre a curva em questão referiu que a opção tomada foi que será colocado betuminoso no início da estrada que liga a vila a Cortecega tendo sido por esse mesmo facto que também se irá resolver a situação de algumas curvas neste percurso, pelo que quando houver possibilidade será feita a referida intervenção na da Sandinha. Sobre o parque de estacionamento solicitou mais informação ao senhor Presidente da União de Freguesias por não ter compreendido a sua questão.-----

-----Dada a palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus referiu ter-lhe sido comunicado que iria ser feito um parque estacionamento na aldeia do Soito.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ter sido solicitado à Câmara Municipal a elaboração de um projeto para disciplinar o estacionamento de viaturas no largo à entrada da aldeia do Soito de forma a que não se verifique engarrafamento de trânsito nesta zona e que também se possa circular com maior segurança.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira referiu ter estado presente na reunião da ULS de Coimbra onde todos puderam constatar a enorme preocupação do senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao funcionamento do Centro de Saúde, os problemas que têm vindo a acontecer e a manifestação para que este serviço possa funcionar em pleno, bem como que a extensão de Alvares possa também reabrir as suas portas para atendimento ao público, sendo um

processo em desenvolvimento fruto da dedicação do senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento referiu desejar apresentar publicamente um reconhecido agradecimento ao senhor Padre Ramiro Moreira pelo trabalho desenvolvido ao longo de 42 anos junto da comunidade Alvarense, apresentando felicitações e votos de um bom trabalho ao Padres Armando e Mário que irão prestar serviço religioso nesta freguesia. Prevaleceu-se para felicitar a Câmara Municipal pela excelente organização da Feira dos Santos, da Castanha e do Mel.-----

-----A senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões no âmbito da árvore de Natal comunitária referiu ter tido informação sobre os convites dirigidos a algumas comissões de melhoramentos através de uma página de uma destas, a da Comissão de Melhoramentos da Cerdeira, pelo que questionou se somente foram escolhidas parte destas ou se o convite efetivamente foi dirigido a todas as Comissões do concelho. Seguidamente referiu que a cortada em Albergaria, sita no lugar de Casa Velha, de acesso à EN342, se encontra intransitável devido à degradação do piso, bem como ao nível das copas de árvores ali existentes que se encontram derrubadas para o centro da via impossibilitando a circulação de viaturas em segurança. Referiu que na última sessão deste órgão fez alusão à necessidade de reparação da estrada que serve a aldeia de Carvalhal Miúdo, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal informado a existência de outras prioritárias, porém trata-se de uma via de acesso à vila tendo algum trânsito, pelo que reiterou a reparação desta em alguns pontos. Sobre a casa degradada em Esporão, junto ao Largo da Capela, questionou o ponto de situação deste processo. Um outro assunto que desejaria ter uma resposta mais concreta era sobre o estacionamento em Portela de Góis, e se já foram tomadas diligências junto do proprietário do terreno em frente da curva. Referiu que caso se venha a verificar esse negócio entende que será um montante que a Câmara Municipal irá desnecessariamente despende porquanto não se justifica em virtude do que está em causa é sobretudo a falta de vontade e o civismo por parte dos motoristas dos transportes públicos.--

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os convites para as Comissões/Associações se associarem ao trabalho para a árvore de Natal comunitária solicitou à Técnica Fátima Gonçalves para proceder aos esclarecimentos. Em relação à cortada em Albergaria referiu não ter informação suficiente para que possa emitir uma resposta concreta. Sobre a questão do Carvalhal Miúdo referiu perceber que a estrada não reúne as condições desejáveis, entendendo que deve ser dada prioridade a estradas onde residem munícipes não desejando com as suas palavras menosprezar as pessoas que têm habitações em Carvalhal Miúdo, podendo perspetivar-se, a curto prazo, realizar-se uma intervenção que minimize o atual estado da estrada para que as viaturas possam circular sem que

venham a sofrer quaisquer danos. Sobre o processo relativo à casa degradada referiu que presentemente não pode proceder a esclarecimento relativamente ao mesmo. Sobre a negociação relativa ao estacionamento referiu não haver qualquer tipo de negociação, sendo que a empresa concessionária de transportes públicas irá mudar, tendo sido já celebrado contrato entre a nova empresa e a CIM RC, podendo as coisas se resolverem de outra forma após julho de 2025. -----

-----Dada a palavra a Técnica Fátima Gonçalves referiu que foram remetidos convites, via e-mail, a todas as Comissões de Melhoramentos, sendo que o que poderá ter acontecido é que os endereços eletrónicos possam não se encontrar atualizados e, naturalmente, são devolvidos, sendo que para complementar essa informação foi feito um reforço nas redes sociais e também no jornal Varzeense e outros da região.-----

-----Dada a palavra a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões referiu que sobre a questão do autocarro na Portela citou o que consta na ata da sessão anterior, i.e., “ *Dada a palavra o senhor Vice-Presidente sobre a questão do estacionamento referiu que a Câmara Municipal já acordou com o proprietário de um terreno junto ao espaço em questão para que o autocarro ali pare o tempo necessário para saída/entrada de passageiros*”, tendo sido por esse mesmo facto que colocou a sua questão.-----

-----Dada a palavra o senhor Vice-Presidente sobre o assunto reiterou as suas palavras que na altura foi conversada essa possibilidade com um proprietário de um terreno junto ao estacionamento, tendo estado também presente o Secretário do GAV, porém nunca se falou em valores para aquisição deste, não tendo o assunto avançado nesse sentido.-----

-----O senhor Carlos José Rodrigues Garcia questionou sobre o ponto de situação da revisão do PDM e também alertou para a necessidade de reparação e um sinal junto ao ramal de Vila Nova do Ceira, tendo para o efeito localizado o mesmo.-----

-----O senhor Presidente referiu que presentemente está em discussão pública a “zona de conflito”, no Vale da Lapa, freguesia de Vila Nova do Ceira, terminando no dia 20.12.24, para que possa ser objeto de deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Sobre o processo da Lusiaves referiu que há cerca de um mês reuniu com o senhor Comendador da Lusiaves para que assim que o PDM esteja aprovado possa dar início aos trabalhos. Sobre a sinalética apontada referiu que irá dar indicação aos serviços para verificarem a situação.-----

-----O senhor Nuno Miguel de Almeida Alves Baeta iniciou a sua intervenção felicitando as empresas do concelho que obtiveram o prémio de PME Líder, nomeadamente a Álvaro Matos Bandeira Filhos,

a FAPIE, a Prorresina, a Transportes Neves, e a TransSerrano, sendo empresas exemplares no concelho pelo que saibamos todos com elas crescer para o desenvolvimento económico de Góis. Relativamente ao Orçamento Participativo referiu que apesar de entender que o Regulamento deveria sofrer algumas alterações é certo que no presente ano contou com mais 1250 votos, sendo demonstrativo da qualidade das propostas, da proatividade, empenho e ação das pessoas. Sobre a árvore de Natal comunitária endereçou felicitações a todos quantos se envolveram neste projeto e que, possivelmente, se este projeto não fosse em parceria com a sociedade civil no ato da inauguração não teria reunido tantas pessoas. Seguidamente e, mais uma vez, felicitou os trabalhos realizados pelos trabalhadores dos serviços externos, nomeadamente a limpeza do piso, no período noturno, da zona histórica da vila, o trabalho de limpeza e manutenção das sarjetas entre Góis e Vila Nova do Ceira, demonstrando profissionalismo, sendo que muitos, como a sua pessoa que viajam diariamente por outros concelho vizinhos tem de andar sempre orgulhoso, porquanto o trabalho do senhor Victor Simões é demonstrativo que quando nos empenhamos, quando há foco e quando reunimos as pessoas em torno da principal função do serviço público, servir a população, gera frutos e todos nós ficamos a ganhar. Referiu que, na passada terça-feira, neste auditório, realizou-se a Assembleia Intermunicipal da CIM RC, tendo sido bom ter muitos representantes de outros concelhos para que possam intervir sobre acessibilidades, porquanto dependendo do local de onde se deslocaram tiveram que o fazer até chegar ao destino por uma estrada difícil, não existindo estradas acessíveis a Góis, não existem bons acessos, e com isso temos como consequência poucos residentes, poucas empresas, pouco poder de compra e tudo o que isso está associado. A boa notícia que foi proferida é que no próximo ano é que irá haver um estudo de viabilidade para uma alternativa à EN17 esperando que Góis também saia beneficiado dessa mesma alternativa, entendendo que também a Câmara Municipal através dos órgãos de comunicação social deverá publicar informações nesta matéria para que os Ministérios tenham consciência da necessidade de acessibilidades a Góis, sendo o caso disso a continuidade da beneficiação do percurso da EN342, o troço da IP3 que, indiretamente, também poderá beneficiar o nosso concelho, pois sem estas acessibilidades Góis não terá um futuro risonho. Ainda nessa reunião referiu ter visto com agrado o senhor Presidente da CIM RC elogiar o empenho do Executivo em todos os assuntos, salientando a sua pressão no que concerne em matéria de acessibilidades.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal no que concerne ao Orçamento Participativo fez alusão à forma como todo o processo foi conduzido no presente ano, tendo havido um maior empenho da Equipa Técnica para cumprimento de todos os prazos. Referiu ainda que o Regulamento do

Orçamento Participativo é um documento aberto pelo que poderá vir a ser objeto de alteração seguindo para o efeito todas as fases legais, onde numa destas estará à discussão pública podendo ser apresentadas propostas de alteração por parte dos cidadãos. Em relação às acessibilidades referiu ser seu princípio falar nestas sempre que o assunto é abordado em várias reuniões, tendo explicado alguns procedimentos tomados nesta matéria junto das competentes entidades.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte iniciou a sua intervenção referindo a necessidade da sinalização horizontal no troço Portela do Vento-Alvares, naturalmente na EN2, e também no caminho municipal 1391, Portela do Torgal-Cortes, tratando-se de duas situações que denominou como graves na Freguesia de Alvares. Sobre railes de proteção referiu que efetivamente também nesta freguesia foram colocados em algumas zonas que careciam este equipamento pela perigosidade destas, existindo ainda uma situação, na Foz de Alvares, em que há necessidade extrema de intervenção no piso. Referiu que cada vez mais se verifica a circulação de viaturas elétricas nas nossas estradas devendo ser equacionada a possibilidade da existência de pontos de carregamento em todas as freguesias. Sobre o funcionamento da APIN referiu ser preocupante o resultado negativo, cerca de 2,5 milhões de euros, sendo que a continuar assim, possivelmente, estaremos a hipotecar o futuro dos municípios que constituem esta empresa intermunicipal, nomeadamente, o Município de Góis, pelo que urge uma solução para inverter os resultados financeiros apresentados, não passando a solução somente pela atualização anual do tarifário, reiterando as suas palavras que esta situação merece uma solução, a curto prazo, para que não hipoteque financeiramente os municípios.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à sinalização na EN2 referiu que sempre que há uma sinalização nesta área a mesma é encaminhada para a Infraestruturas de Portugal, tendo algumas situações apontadas sido objeto de resolução, sendo natural que outras apesar da insistência do município ainda não o foram, sendo a via apontada, várias vezes, motivo de comunicação à empresa, sendo sua preocupação sempre que é apontada uma situação numa estrada nacional a mesma ser imediatamente reportada, tendo dado como exemplo a situação na EN342. Em relação à estrada municipal sinalizada referiu que os serviços irão deslocar-se ao local para verificarem a situação, sendo que ao nível de colocação de railes trata-se de um processo que no presente ano teve um procedimento sendo previsível a continuidade deste no próximo ano. Em relação aos postos de carregamento nas freguesias referiu a existência de diversos procedimentos na CIM RC pelo que irá verificar a possibilidade de poder vir a ser concretizada a sugestão apresentada uma vez que fará sentido a existência de mais postos no concelho. Em relação aos resultados negativos da APIN referiu

ser uma preocupação comum a todos os Presidentes das Câmaras que integram esta empresa, por serem, também, parte destes elementos dos corpos sociais desta, estando a ser estudada uma solução para que se invertam os resultados. Acrescentou, que não se pode ver só a parte negativa da empresa, mas também todo o trabalho que tem vindo a desenvolver tendo dado como exemplo o “Open Day” desta empresa, realizado no dia 12 de novembro, o qual permitiu o contacto direto com os diversos Serviços da empresa, e com o funcionamento dos equipamentos e sistemas tecnológicos usados na melhoria da prestação dos serviços, bem como conhecer a atividade de alguns departamentos e investimentos executados, tendo também estado no nosso território em alguns pontos objeto de intervenção. Referiu a questão do tarifário inicialmente previsto o qual não foi tido em conta, levando à existência de um défice no que concerne aos resultados apresentados, salientando que todos os municípios antes da existência da APIN já teriam défice, pelo que o existente presentemente, provavelmente, já existia anteriormente. Ainda em matéria de custos de alguns trabalhos executados referiu que no nosso território alguns destes ficarão mais caros do que numa cidade, face a número de habitantes e também à dispersão existente. Referiu ainda, que a APIN foi criada tendo em conta o financiamento dos fundos comunitários ser mais vantajoso para os municípios que se encontrassem agregados, tendo feito uma breve alusão nesta matéria, referindo, mais uma vez, que estão a ser tomados procedimentos para que o défice existente na empresa se possa inverter.-----

-----Dada a palavra o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que a sua intervenção não teve como cariz menosprezar o trabalho realizado pela empresa, até porque desde o início que se debateu a criação da APIN sempre esteve favorável ao Município de Góis integrar esta empresa, não tendo qualquer dúvida que esta associação de municípios é uma boa solução no atual contexto, concordando com a rentabilização de todos os serviços que têm sido feitos sendo sua preocupação a viabilidade deste projeto.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção fazendo alusão ao período natalício que nos encontramos a viver, tendo feito menção à atividade que se encontra a ser desenvolvida “Retratos de Natal”, no presente ano, em moldes mais modestos do que no ano anterior, ou até mesmo comparativamente com concelhos vizinhos, sendo compreensível face ao investimento do passado ano o que, possivelmente, não tenha tido o resultado que se esperava em termos de impacto para Góis, porém continua a ter uma programação diversificada englobando todo o concelho. Referiu ser exemplo disso a árvore de natal comunitária, considerando ter sido um sucesso, tendo esta atividade sido amplamente divulgada nas redes sociais e na comunicação social de toda a região.

Felicitou a Santa Casa da Misericórdia de Góis pela realização do almoço solidário a par com a iniciativa da agenda solidária 2025 onde a receita da venda desta edição reverte a favor desta IPSS. Sobre a Feira dos Santos, do Mel e da Castanha referiu que no ano transato foi sugerido que este certame decorresse em mais dias o que veio a acontecer no presente ano, agradecendo esse mesmo facto tendo, na sua ótica, tido um resultado bastante positivo. Relativamente ao Orçamento Participativo referiu que, recentemente, foram anunciados os projetos vencedores, carecendo a iniciativa de algumas alterações de forma a que este instrumento seja mais atrativo. Um outro assunto que merece que seja feita alusão é efetivamente a demora na análise e despacho dos projetos de obras particulares pelo facto da existência de algumas manifestações desagradáveis por parte dos requerentes, sendo que em parte destes a demora ultrapassa mais de um ano, considerando que terá que se inverter esta mesma situação pelo simples facto de estar a prejudicar o investimento privado no concelho, apelando para que este assunto possa vir a inverter-se no próximo ano. De seguida, solicitou que fosse feita uma breve apresentação dos assuntos abordados no Conselho Municipal de Saúde, tendo já sido apresentado um breve resumo do Conselho Municipal de Segurança, sendo que no que concerne ao Conselho Municipal de Juventude efetivamente realizou-se uma reunião no passado mês de novembro, na qual esteve presente, na qualidade de representante do PS na Assembleia Municipal, lamentando a realização de somente uma reunião anualmente pelo facto de considerar importante este órgão de debate e discussão para os jovens, pelo que foi lançado o desafio de um maior número de reuniões anuais bem como a criação de grupos de trabalho com vista a apresentação de propostas concretas de medidas jovens, sendo de todo interessante que após estas reuniões saíssem propostas que pudessem vir a ser colocadas em prática pelo Município podendo desta forma dar uma maior visibilidade a este órgão e também que os jovens tivessem uma maior participação no Conselho Municipal da Juventude e em outros fóruns de cidadania vocacionados para os mais jovens. Por último, deu conhecimento que, na passada terça-feira, foi realizada, neste mesmo auditório, a assembleia intermunicipal da CIM RC, realçando a questão do desenvolvimento, em diversas áreas, nesta região, muito mais nos concelhos como o nosso que a CIM RC assume um papel verdadeiramente fundamental, uma vez que fomos sempre sujeitos a discriminação, ou seja, os territórios do interior em relação aos do litoral, sendo que a CIM RC veio contrariar essa mesma discriminação apresentando e executando projetos, ações, atividades ou estratégias de âmbito intermunicipal assentes no pilar da igualdade e equidade entre os diversos municípios com vista ao desenvolvimento comum da região, com particular impacto em Góis. Destacou os projetos apresentados e discutidos na referida

assembleia intermunicipal relativamente às GOP e Orçamento da CIM RC/Ano 2025, tais como, a central de compras, o cadastro predial rustico simplificado, territórios inteligentes, rede intermunicipal, entre outras ações, destacando a fundamental e urgente ligação à IP3, assunto já referido tendo sido comunicado que o estudo de viabilidade encontra-se finalizado e aprovado, a IP emitiu um parecer sobre este mesmo estudo, sendo uma boa notícia a qual foi recebida com alguma apreensão e esperança no sentido de que Góis venha a ter uma acessibilidade mais rápida a outros locais. Terminou, referindo acreditar que apesar de não ser uma prioridade para o próximo ano, no entanto não pode deixar de salientar a importância da continuação do estudo e projeto da extensão do sistema de mobilidade do Mondego ao concelho de Góis e Arganil.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à situação apontada sobre a morosidade da análise dos processos de obras particulares referiu que parte dos projetos que dão entrada na Autarquia não vêm munidos dos documentos necessários para que possam passar à fase de análise, logo existe um entrave para que possam ser objeto de análise, sendo que a par com esta situação não temos técnicos suficientes na área para que haja uma maior celeridade, tendo sido aberto procedimento concursal para recrutamento de técnicos, tendo somente entrado um Técnico em Arquitetura. Salientou que na reunião do Conselho Intermunicipal também foi abordada esta questão a falta de técnicos na CIM RC para que possam dar resposta em tempo útil, havendo também um número de processos da CIM RC em que são os técnicos da Câmara Municipal que se têm de pronunciar para que se possa também apresentar candidaturas, sendo efetivamente nossa preocupação que no próximo ano haja uma melhoria nesta área. Em relação ao Conselho Municipal de Saúde deu conhecimento da presença da senhora Diretora da ULS tendo para o efeito dado conhecimento da situação que se vive atualmente nesta área no concelho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal antes iniciar a Ordem do Dia reconheceu o empenho da trabalhadora do Município que secretaria o órgão deliberativo pelo facto de ter sido remetida toda a documentação num período atempado ao prazo legalmente estabelecido permitindo aos membros mais tempo para análise da documentação, reiterando o seu agradecimento à trabalhadora.-----

-----Referiu que por solicitação do senhor Presidente da Câmara Municipal foram inseridos na Ordem do Dia os Pontos 8. Discussão e Votação do Alteração do Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais e 9. Discussão e Votação do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Góis, tendo

os referidos documentos sido remetidos no prazo legalmente estabelecido, tendo apenas os parcelares sido entregues posteriormente, pelo que questionou se algum dos membros deste órgão se opunha à discussão dos referidos pontos, não tendo havido qualquer resposta negativa.-----

-----Seguidamente, deu início ao ponto 1. Da Ordem do Dia.-----

-----**1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO 2025**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que em cumprimento com o estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e na alínea a) do nº 1 do artigo 25º, ambas do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e em articulação com o disposto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, nas suas atuais redações, o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano económico de 2025, até 30 de novembro de 2024, tendo a legislação sido cumprida. Referiu ser um dos documentos mais importantes que a Assembleia Municipal ao longo do ano discute e vota, refletindo uma gestão de opções numa linha de orientação estratégica e política. Acrescentou que os Documentos Previsionais/Ano de 2025 foram aprovados pelo Executivo, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções.-----

-----Seguidamente, fez a sua intervenção, referindo que nas GOP são elencados vários projetos com carácter prioritário, nomeadamente, a Reabilitação da Casa da Lavra de Baixo e Parque de Estacionamento; a Casa-Museu Alice Sande; o Parque de Lazer da Selada, a Requalificação da Av. Padre Dr. António Dinis; o Edifício do Antigo Hospital; a Requalificação do jardim da Casa do Artista; a Ciclovia Urbana de Góis – Vila Nova do Ceira; a Área Empresarial; o Pavilhão Gimnodesportivo; a Ampliação da Zona Industrial de Cortes; o Mercado Municipal, entre outros elencados no documento em apreço. Neste sentido, referiu que caso houvesse, até ao final do ano em curso, candidaturas com linhas de apoio comunitários quais os projetos que reuniam condições para serem submetidos às mesmas. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o projeto de requalificação da Av. Padre António Dinis encontra-se a ser elaborado estando em fase de conclusão porquanto o prazo para submissão da candidatura termina a 31.12.24, sendo que o projeto para remodelação da EB + Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira também está em fase de conclusão terminando o prazo para

submissão da candidatura a 31.12.24. O Projeto da Casa da Lavra de Baixo e estacionamento também se encontra em fase de conclusão, uma vez que após apresentação deste foi decidido efetuar-se algumas alterações. Quanto ao Parque da Selada referiu que o projeto se encontra concluído, tendo sido aprovado pela CCDRC e remetido para a DGAL para esta entidade se pronunciar, havendo um montante financiado pelo que no início do próximo ano esperamos ter essa mesma informação para que este possa avançar. Efetivamente existem outros projetos sinalizados constantes no documento, sendo por esse mesmo facto que houve um aumento do valor apresentado para o ano de 2025 em relação ao ano transato, situação verificada em outros municípios, tendo o valor aumentado exponencialmente por causa do PRR, conforme se verifica na Região de Coimbra, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos. Sobre o Centro de Saúde referiu ter já o procedimento, havendo outros projetos que se encontram a ser elaborados para que possamos cumprir os timings para que quando o financiamento se encontrar disponível possam os mesmos avançar. -----

-----A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta referiu que após análise ao documento pôde constatar não haver novidades, ou seja, são os mesmos projetos e a projeção que estes irão constar em outros Documentos Previsionais futuros. Referiu que o maior investimento é nas funções sociais cerca de três milhões sendo a maior fatia para a área da saúde 883.000,00€, valor que irá ser investido na intervenção a realizar no Centro de Saúde e também na Extensão de Saúde de Alvares, corroborando com o dito investimento. Efetivamente referiu que podemos ter bom edificado, mas não podemos fazer omeletes sem ovos, ou seja, é dito diariamente que não existem médicos suficientes, facto que não corresponde à verdade, pois há médicos, não havendo ao serviço do SNS, facto que deve ser verdadeiro pois o negócio privado da saúde é um dos que tem vindo a crescer em Portugal e, de facto, não ouvimos queixas de falta de mão de obra. Comparando os números com outras Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, segundo os dados do Portal do SNS, pode constatar que em Góis o problema não é a falta de médicos, em virtude de UCSP de Góis registar 3256 utentes inscritos e 3 médicos de família, o que, comparativamente com outras UCSP a média de utentes por médico é de 1000. No entanto, referiu a existência de diferenças, i.e., a UCSP de Almada tem ao serviço 3 médicos de família para 18.468 utentes inscritos, mais 15.213 do que em Góis, concluindo pelos números que apresentou que efetivamente o problema na área da saúde em Góis não é a falta de médicos. Referiu que, possivelmente, outras circunstâncias determinam os problemas existentes e, neste sentido, seria importante serem do nosso conhecimento, podendo, no entanto, deduzir a existência de algumas situações que podem motivar a sua ineficiência, sendo exemplo disso a

dispersão populacional, a distância e a inexistência das novas tecnologias ao serviço da saúde. Face ao exposto, apresentou uma proposta de solução que poderá responder às necessidades de saúde da nossa população, ou seja, com a recente transferência de competências para os órgãos municipais criaram-se as comunidade intermunicipais de saúde, tendo o Município de Góis ficado agrupado com os Municípios de Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, pelo que com a integração nesta Comunidade e em parceria Góis poderia beneficiar de uma Unidade Móvel de Saúde, não no formato que a CIM RC teve aquando a Pandemia COVID-19, não tendo nessa altura o nosso concelho sido contemplado, este teria apenas uma Equipa de enfermagem para controlo da vacinas no âmbito da pandemia, mas sim, um modelo com uma Equipa que para além dos cuidados de saúde de enfermagem tem, através de um balcão, SNS 24 móvel, acesso através serviços digitais e de tele saúde, i.e., marcação de consultas, marcação e realização de teleconsultas, consultas de exames médicos, entre outros serviços de saúde como solicitar prescrição médica. Esta solução colmata a distância, aproxima a saúde dos utentes e usa as novas tecnologias para uma intervenção mais próxima e adequada dos técnicos de saúde com os seus utentes.-----

-----Sobre um dos investimentos constante no documento é o projeto Casa da Natureza – Espaço de Valorização Gastronómica Vale do Ceira, com uma dotação de 212.8000,00€ tendo ficado surpreendida com este projeto e a dinamização do mesmo, bem como a forma como se pretende ter o retorno deste investimento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as Comunidades de Saúde ainda não se encontram a funcionar em pleno sendo que a criação das Equipas é no sentido de aproximar a população a determinado tipo de serviços retirando os utentes do hospital central. Sobre a questão do rácio de médicos para o número de população referiu ter conhecimento do mesmo, havendo situações no concelho que os utentes têm como preferência deslocarem-se a outros concelhos para prestação desses mesmos serviços. Sobre a unidade móvel de saúde referiu ainda não ter sido informado qual o trabalho que irá ser feito pela Equipa afeta à mesma. Sobre a SNS24 referiu a existência de um balcão na Junta de Freguesia de Alvares não tendo feedback sobre o funcionamento deste serviço nesta freguesia. Ainda em matéria de saúde referiu ser um assunto na ordem do dia por entender que o paradigma atual nesta área terá que ser alterado. Em relação ao projeto da Casa da Natureza referiu que se encontra em fase de conclusão o qual irá ser candidatado a fim de ter financiamento sendo que a disponibilização deste espaço de restauração terá que cumprir os requisitos impostos previamente pela Câmara Municipal.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que pelas palavras do senhor Presidente trata-se do orçamento com maior valor apresentado, realçando que a despesa plasma bem o fim para o qual a mesma será direcionada, sendo que há uma dependência em criar obra uma vez que estamos dependentes da aprovação de algumas candidaturas financiadas para que possamos realizar alguns dos projetos constantes no documento em causa, entendendo que a Câmara Municipal por si só não terá verba disponível para a sua concretização. Ainda sobre os projetos referiu que parte destes já se encontravam plasmados em anteriores orçamentos, fazendo alusão a que faltam concluir ainda alguns dos projetos vencedores de Orçamentos Participativos anteriores, bem como a requalificação/beneficiação das Praias Fluviais, sendo exemplo disso a Praia Fluvial das Canaveias referindo que os terrenos contínuos à mesma deveriam ser intervencionados para o espaço acolher um maior número de visitantes, tendo dado como exemplo a realização de um Parque de Autocaravanas no local, bem como requalificar o edifício que acolhe o bar à semelhança do existente na Praia Fluvial de Alvares. Referiu que se olharmos para anos anteriores até à data é visível que o concelho não tem crescido ao nível da população e também da economia, existindo apenas um aumento da economia durante a época balnear, entendendo que o crescimento passa muito pela cativação de investidores para que haja um outro investimento e, consequentemente, um crescimento a vários níveis. Ainda nesta matéria, referiu que há já algum tempo que ouvimos ser interesse da Lusiaves implementar duas unidades no concelho, porém entende que devido a fatores que são do conhecimento de todos ainda não foi possível. Contudo, se presentemente uma empresa quisesse se instalar no concelho não temos uma zona industrial capaz de acolher uma empresa de maior dimensão, entendendo que o desenvolvimento passará também por pensarmos em que deverão haver estas áreas, com maior dimensão, de forma a permitir a possível instalação de empresas de maior dimensão, entendendo que teremos que ter força mais reivindicativa para trazer mais para o nosso concelho.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quanto aos projetos de Orçamentos Participativos anteriores que ainda não se encontram concluídos referiu que o baloiço já se encontra colocado no local, a piscina para as Canaveias efetivamente não se concretizou, porém já se solicitou a reprogramação das obras para o local fruto das intempéries 2022/23 porquanto houve um financiamento da CCDRC na ordem dos trezentos mil euros, estando já executado o açude dos cavalos, o poceirão teve o problema em que a obra foi entregue, mas empresa posteriormente informou que devido à falta de mão de obra não tinha capacidade para executar a mesma, a ponte do Ponte do Sótão

encontra-se a ser executada, sendo que em relação às Canaveias teve-se que efetuar uma alteração para tentar alocar a piscina, salientado que quando se apresentam os projetos para votação terá que se perceber se este é exequível no espaço que se pretende para que o projeto possa avançar para a fase seguinte, no sentido de ser colocado à votação, facto que anteriormente não se fez. Sobre os projetos recentemente vencedores referiu que se encontram executados. O Orçamento Participativo é uma boa ferramenta ao dispor do cidadão para que possa melhorar o território. Em relação à implementação de empresas no concelho e das zonas industriais e áreas de acolhimento empresarial, lembrou que o processo da empresa Lusiaves arrasta-se desde o ano de 2017 e, não foi por falta de vontade deste Executivo ou do anterior, mas sim pela questão do PDM, tendo para o efeito prestado esclarecimentos, sendo que presentemente está em fase de discussão pública a qual terminará brevemente, 20.12.24, estando a empresa empenhada neste investimento, bem como houve também manifestação de investimento por parte da Mota-Engil em investir também, sendo empresas que podem trazer naturalmente outro tipo de desenvolvimento ao concelho. Ainda sobre áreas de acolhimento empresarial referiu a existência de financiamento no PRR tanto para criação como para extensão das existências, contudo para existir financiamento terá que haver manifestação de interesse que se reconheça a necessidade desse investimento ser realizado, porém os municípios terão que reportar se existem ou não áreas de acolhimento disponíveis em concelhos vizinhos, existindo as empresas terão que investir nos locais onde existem espaços disponíveis para implementarem as empresas. Face ao exposto, referiu que a CIM RC reclamou esta situação, não aceitando esta metodologia de investimento. Ainda sobre áreas empresariais concelhias referiu a existência de dois lotes na de Alvares, estando a ser elaborado estudo para ampliação desta para podermos ter mais oferta de lotes. A elaboração do orçamento além de ter que respeitar muitos dos projetos existentes na CIM RC, existindo também equipamentos no nosso território que terão que ser intervencionados, tendo dado como exemplo a implementação de um espaço coworking no antigo hospital de Góis, na Praça da República, pelo facto de somente ser possível intervencionar neste imóvel com financiamento com este objetivo.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira iniciou a sua intervenção apresentando, em nome da bancada do PSD, felicitações ao senhor Presidente e Vice-Presidente pela autoria destes documentos felicitações extensivas ao Executivo pela sua aprovação. Referiu que Orçamento é um documento mais técnico pelo facto de englobar despesas correntes e de capital vindo estas últimas do PPI, salientando tratar-se do maior valor de orçamentos, ou seja, 15.141.316 €, sendo 50% deste

montante aplicado nas GOP, i.e., 7.343.252€, onde 1/3 deste valor está incluído no PPI e cerca de 10% no documento Atividades Mais Relevantes. Relativamente ao PPI fez alusão aos investimentos com um montante superior a 50.000,00€, ou seja, Aquisição e manutenção de viaturas 159 000,00 €; Casa da Lavra e parque de estacionamento – Beneficiação 400 000,00€ ; Abertura e limpeza de estrada florestais e aceiros 200 000,00€; Limpeza das faixas de gestão combustível 450.000,00€; Requalificação e ampliação da Escola Básica de V.N.Ceira 300. 000,00€; Requalificação do Centro de Saúde de Góis e extensão de Saúde de Alvares 883.000,00€; Loteamento para habitação - Projeto / Construção / implantação 70 000,00€ ; Reparação dos danos provocados pelas cheias de Jan 2022 e Dez 2023 305.000,00; Casa Museu Alice Sande - Beneficiação e manutenção 400 000,00€; Parque de Lazer da Selada em Cortes 350 000,00€; Centro de Cycling 810.00,00€; Ampliação da Zona Industrial de Cortes - Aquisição de terreno / Projeto e construção e beneficiação de infraestruturas 60.000,00€; Avenida Doutor Padre António Dinis - Projeto e requalificação 480 000,00; Arruamentos no concelho - Beneficiação e manutenção 237.000,00€; Rede viária no concelho - Beneficiação e manutenção 280 000,00€; Colocação e beneficiação de resguardos e proteções de segurança 75 000,00€; num valor total de 4.730.000,00 €. Relativamente ao PPA – Plano de Atividades Mais Relevantes destacou o Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis 348.000,00€ salientando o esforço que o Executivo faz anualmente no apoio a esta Associação; Apoio à recuperação de habitações não permanentes danificadas 107.250,00€; Acessibilidades 360º - Intervenções em habitações 91.000,00€; Condomínio de aldeias - Carrasqueira / Folgosa / Cortecega / Soito e Monteiro - Conservação da Natureza e Biodiversidade 126 800,00€; Transferência para as Freguesias 80.000,00€, sendo que na qualidade de Presidente da Freguesia congratulou-se pelo aumento substancial do valor; Transferência para a Comunidade Intermunicipal - Serviço Público - 123 800,00€; Transferências diversas entre Administrações - Corrente e de capital – CIM 104 800,00€; Transferências diversas para Instituições - Corrente e de capital 230 000,00€; Políticas de Juventude e incentivos Municipais 54. 000,00€, num total de 1.265.650,00€. Concluiu, referindo estarmos perante um documento de esperança de um futuro melhor esperando que os Documentos Previsionais/2025 sejam aprovados.--

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção parabenizando os técnicos do Município pela elaboração do documento em análise, tendo nas anteriores intervenções sido apresentada uma análise pormenorizada destes a par com uma análise técnica ao documento pelo que irá apresentar a sua análise política. Referiu estarmos perante uma excelente oportunidade de fazermos um balanço aos três anos de mandato deste Executivo sendo sua opinião que o balanço do

presente mandato é claramente negativo, a realidade vivida em Góis, diariamente, pela população e pelas empresas, é completamente diferente e até disfarçada com a publicação realizada pelo Município de todas as pequenas obras, de muros, valetas e estradas florestais e, ainda, promessas eternas, ainda não cumpridas, de novas medidas de obras importantes para o desenvolvimento deste concelho. Neste sentido, apresentou como exemplo o que aconteceu na última sessão da Assembleia Municipal, realizada em Alvares, com a intervenção da presente líder da bancada do PSD ao referir que era uma tremenda injustiça não reconhecer e valorizar as grandes obras realizadas por este Executivo tendo inclusivamente elencado alguns exemplos dessas obras, a requalificação de algumas estradas de alcatrão, a abertura de estradas florestais e a pintura de uma pérgola de madeira, neste sentido referiu pensar estar tudo dito, resumindo estes exemplos o trabalho deste Executivo quando o próprio PSD considera a pintura de uma pérgola como uma grande obra realizada pela Câmara Municipal de Góis, naturalmente sem menosprezar a importância deste trabalho para os seus utilizadores. -----

-----Relativamente ao Orçamento para o ano de 2025 de cerca de 15.000.000,00€ com um aumento de praticamente de 2.000.000,00€ face ao ano passado e, à semelhança de outros municípios, tornam o presente orçamento o maior da história desta autarquia. O grande problema que consta nestes documentos é praticamente idêntico aos do passado ano, do ano anterior e, por aí além, ou seja, os orçamentos vão aumentando de valor ano após ano, mas as obras e projetos vão continuando a ser adiadas e a ficar por executar, quem sai a perder é claramente o concelho de Góis e todos nós. Se no ano passado, em sede da Assembleia Municipal, questionou se em 2024 seria finalmente o ano de execução de importantes obras como a Casa-Museu Alice Sande, a Casa da Natureza, o Parque de Lazer da Selada, a EB de Vila Nova do Ceira, a Casa da Lavra de Baixo, o Mercado Municipal, entre muitas outras, é com profundo lamento que verificamos que, volvidos, mais um ano, tudo continua por acontecer. Pior, somos obrigados a constatar que a esmagadora maioria destas obras tiveram origem no anterior Executivo do Partido Socialista e, continuam a não ser iniciadas, ou seja, se nem as obras que herdaram do PS conseguem executar questionou para quando novas obras e projetos propostos por este Executivo. Referiu não poder deixar de mencionar as oportunidades perdidas neste período para implementação de medidas de apoio às pessoas e às empresas, tantas foram as promessas e foram esquecidas, aliás referiu desejar lançar o desafio para que todas e todos os Goisenses analisassem o Manifesto do PSD, às últimas eleições autárquicas de 2021, sendo que irão confirmar que o difícil é encontrar obras, medidas ou políticas previstas nesse mesmo manifesto que tivessem sido implementadas, salientando já ter feito referência a esta situação que, provavelmente, já estarão

cansados de o ouvir, mas realmente é mais do que tempo de deixarmo-nos de lamentos, desculpas e, também, de viver à sombra de projetos da CIM RC. Se os outros Municípios conseguem para além dos projetos da CIM RC e dos Fundos Comunitários implementar medidas próprias que contribuem para o desenvolvimento destes territórios nós também deveríamos ser capazes disso. Naturalmente, que estamos cientes de todas as dificuldades que o Município atravessa nos tempos atuais, mas está na hora de virar a página e passarmos de uma vez por todas à ação. Acreditamos muito em Góis, nas suas qualidades e potencialidades, e que o concelho poderá vir a ser bem melhor num futuro próximo. No entanto, referiu também acreditar, cada vez mais, e estamos convictos que somente acontecerá quando o PS regressar aos destinos da Câmara Municipal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, nos últimos anos, o senhor Ricardo José Duarte Ventura faz sempre a mesma análise referindo que profere algumas coisas, salientando ter dúvidas que o membro tenha estado na Assembleia Intermunicipal e tenha ouvido o que foi dito, ou seja, quando fez referência a obras adiadas deve ter percebido o que o senhor Secretário Executivo da CIM RC informou sobre a dificuldades que os Municípios têm em poder dar resposta pelo facto de o número de técnicos ser insuficiente para poderem dar resposta. Referiu ainda parecer-lhe também que não está neste mundo, ou seja, temos municípios vizinhos que, se calhar, estão mais adiantados do que o nosso por terem outra capacidade, tendo sido por eles lançados concursos, por três vezes, tendo estes ficado desertos, certamente é também pelo facto de não desejarem avançar com as obras, provavelmente também deverão ser catalogados da mesma forma que acabou de catalogar e classificar este Executivo. Apresentou um exemplo de um Presidente do PS que em conserva com a sua pessoa fez uma análise diferente da que acabou de ser feita, ou seja, vive com a realidade ciente do cenário do Município, também ele faz a análise das dificuldades que têm, do prazo curto que os mandatos têm para execução de obra e quando se começa a concretizar as obras, sendo o caso de ter os projetos prontos para apresentação de candidaturas de financiamento é quando o mandato está a acabar, sendo um facto transversal a todos os Executivos. Referiu ainda ter gostado de ouvir as palavras “acredita muito em Góis e que gosta de viver em Góis”, salientando que a sua pessoa também, respeitando a análise feita, referindo que as obras que constam no documento em apreço algumas são do PS pelo facto de quando esteve no poder não as ter conseguido executar tendo o presente Executivo selecionado algumas que estão em fase de poderem ser lançadas encontram-se prontas, e não são somente muros e murinhos, sendo que muitos destas estavam há mais de dez anos para serem feitas, entre outras obras que entendemos que são necessidades e que precisam de ser executadas

irão ser realizadas porquanto nos temos que preocupar com coisas que foram ficando e que se desleixaram e algumas foram executadas diretamente pelos serviços externos do Município que têm realizado um grande trabalho, inclusive em edifícios municipais que se encontravam a degradar e que foram recuperados. Referiu respeitar a análise realizada, apesar de não concordar com esta, sendo que quando for publicado o próximo Boletim Municipal irá proceder à entrega do mesmo juntamente com os anteriores para que tenha conhecimento das obras realizadas.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu estarmos perante um documento que plasma o que o Executivo pretende realizar durante o ano de 2025 sendo, um ano mais curto para quem se encontra a gerir a Câmara Municipal, pelo que irá exigir muito empenho, muitas horas extraordinárias para a execução de muitas obras constantes no documento em apreço. Relativamente à freguesia de Alvares referiu a existência de obras, realçando que quando o documento elenca uma requalificação de alguns espaços na sua ótica seria importante fazer uma requalificação do bar/restaurante da Praia Fluvial de Alvares pelo facto de não ter capacidade de resposta às necessidades, sendo uma situação bastante evidente, bem como a continuidade do passeio ribeirinho do Sinhel. O documento plasma também a ampliação da zona industrial esperando que a obra avance por ser uma necessidade evidente e também estruturante. Relativamente ao Projeto da Selada, obra que se prolonga do tempo, mas felizmente o documento plasma-o, estando dotada uma verba de 350.000,00€, questionando se se trata do valor total do projeto, bem como qual a fase que se pretende fazer com o valor em causa, interpelando também sobre a previsão de início da requalificação da Rua do Camelhinho, em Cortes.-

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o Parque da Selada referiu que a Câmara Municipal desejava lançar o procedimento concursal antes de se ter a resposta da DGAL tendo a CCDRC informado para não se avançar pelo facto de ainda não termos o financiamento aprovado, salientando tratar-se de um investimento plurianual. Em relação à Rua do Camelhinho referiu ter sido intenção de avançar com a obra ainda no decorrer do ano em curso sendo que fruto de situações de baixas médicas de alguns trabalhadores, operadores das máquinas, não nos foi possível avançar, esperando que no início do próximo ano possamos avançar com a obra.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com nove votos a favor, dos membros da bancada do PSD, e dez abstenções, dos membros das bancadas do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e do PS, aprovar os Documentos Previsionais/Ano de 2025.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão pelas 20h10 para intervalo,

tendo a mesma sido retomada pelas 20h25.-----

-----**2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL/ANO 2025**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), na sua atual redação, determina a obrigatoriedade de “planejar para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”. Neste sentido, referiu que a Câmara Municipal pretende criar 5 postos de trabalho, sendo 4 destes para Técnicos Superiores e 1 para Assistente Técnico, tendo o Executivo deliberado, por maioria, aprovar Mapa de Pessoas/ano de 2025, com três abstenções e dois votos a favor.-----

-----Seguidamente, referiu que o senhor Presidente no parcelar a ata em que o assunto foi deliberado refere que sobre os postos de trabalho que “ *Efetivamente a criação destes Postos de Trabalho refletem a necessidade de recrutamento de trabalhadores para o exercício das funções afetas aos postos de trabalho, sendo que em alguns destes os trabalhadores encontram-se em mobilidade, sendo que outros foram determinados pela saída de Técnicos Superiores do Município para outros Municípios em função de procedimentos concursais, havendo também, atualmente, um conjunto de vagas no Mapa de Pessoal que têm ocorrido por força da aposentação de trabalhadores, (...)*”, referindo que os postos de trabalho que fazem parte do Mapa de Pessoal são de necessidades permanentes ou temporárias que podem ou não estar ocupados, mas que se encontram criados, pelo que o facto dos trabalhadores se terem aposentado ou terem saído para outros municípios não condiciona o posto de trabalho uma vez que o mesmo se mantém, pelo que referiu pensar não ser justificação para a criação de novos postos de trabalho, entendendo que para preenchimento desses lugares vagos terá que efetivamente se proceder à abertura de procedimento concursal para recrutamento de novos trabalhadores, entendendo que para a criação de novos postos de trabalho terá que existir uma outra justificação. -----

-----O senhor Presidente referiu que os lugares a criar são cinco, entre os quais dois encontram-se ocupados por mobilidade, um outro de assistente técnico é para consolidação e outros dois de Técnico Superior de Arquitetura e Engenharia são para acrescentar tendo para o efeito prestado os devidos

esclarecimentos. Sobre a questão de aposentações referiu ter feito referência às mesmas pelo facto da existência de alguns lugares de A.O. que terão que ser reocupados.-----

-----A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta fez alusão à linguagem utilizada para descrever as Atividades constantes no Mapa de Pessoal, por entender que as competências constantes no teor da mesma são um pouco estranhas tendo apresentado como exemplo a Atividade 17, competências Técnico Superior/Técnico Superior, realçando a justificação que “ se preocupa, em regra, com a implementação” (...), salientando que não deverá ser em regra, por se entender que se são as competências do Técnico Superior não se deve preocupar em regra, sendo que também na Atividade 3 se refere “em regra”, é sistemático, na Atividade 6 faz referência “a que se prepara antecipadamente quando tem que enfrentar” , na sua ótica não se deve preparar antecipadamente porquanto é Técnico e, portanto, foi preparado, para as funções que tem de exercer, pelo que quando se depara com uma situação terá que estar preparado para a mesma. Referiu ainda, que deveria existir uma ordenação na tabela um pouco diferente porque no final quis ter conhecimento de quais os postos de trabalho por cargos e categorias existentes no Município de Góis para rapidamente perceber o objetivo deste Mapa, ou seja, o que existe e o que falta, não estando este perceptível nesta matéria, sugerindo uma melhor reorganização.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com nove votos a favor, dos membros da bancada do PSD, e dez abstenções, dos membros das bancadas do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e do PS, aprovar o Mapa de Pessoal/Ano de 2025.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO/ANO 2025-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que as freguesias têm atribuições e competências em áreas bastante diversificadas e dada a exiguidade dos meios à sua disposição é inevitável a atribuição de apoios com vista à prossecução dos interesses da comunidade autárquica. Neste sentido referiu que em conformidade com a alínea j) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, cabe à Assembleia Municipal sobre proposta da

Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias. -----

-----Seguidamente referiu que estamos perante um documento igual aos dos anteriores anos entendendo que a presente proposta deveria ser mais concreta e objetiva especificando claramente os apoios que se disponibilizam às freguesias sendo por esse mesmo facto que se irá abster na votação do presente assunto. -----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu estarmos perante um documento um pouco vago e não objetivo sobre o apoio às freguesias. Contudo, entende que este órgão é um órgão político pelo que cada um nesta assembleia tem o direito ao voto havendo duas diferenças, ou seja, aqueles que têm inerência ao órgão e os que são eleitos pelo povo, tendo para o efeito demonstrado a sua preocupação politicamente porquanto, num momento, pôde aperceber-se que Góis tinha perdido um Presidente de Junta e a Câmara Municipal teria ganho um outro Vereador pelo facto de não lhe parecer de todo ajustado para quem está do outro lado, de quem tem ideias diferentes em termos das freguesias daquela que deve ser a relação com as freguesias demonstrando a sua preocupação com esta situação. Referiu que a bancada do PSD da Assembleia Municipal tem todo direito de eleger e manifestar o apreço por todo o trabalho feito, mas entende ser dispensável politicamente da parte de um Presidente de Junta de Freguesia, por entender que deve haver uma preocupação das freguesias naquilo que tem a ver com os direitos e a relação com a Câmara Municipal. Acrescentou ter havido um reforço no ano de 2024 da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia que todos reconhecemos e agradecemos, sendo que para o ano de 2025 não existe qualquer aumento do reforço sendo efetivamente o mesmo montante do presente ano. Relativamente ao presente documento referiu que deveria ser mais objetivo em alguns pontos concretos, acreditando que o Executivo tenha boa vontade e esteja sempre disponível para colaboração com as freguesias sempre que possível tendo sido sempre esta a postura do senhor Presidente da Câmara Municipal, porém o documento em apreço deveria ser mais específico e objetivo para cada freguesia poder ter conhecimento com o que pode contar por parte da Câmara Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com doze votos a favor e sete abstenções, aprovar a proposta de Fixação das Formas de Apoio às Freguesias do Concelho/Ano 2025.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DO**

VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS 2025-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a informação técnica refere que com o Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais, com referência ao seu artigo 33º, o valor das taxas municipais pode ser atualizado anualmente (atualização ordinária), em correspondência com a taxa de inflação constante no Orçamento de Estado em vigor (4,4%), por ocasião de aprovação do orçamento municipal. De referir que o Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais e as taxas a ele associadas foram alvo de atualização extraordinária no ano de 2019, realçando a chamada de atenção, ou seja, de acordo com o artigo 34º do citado regulamento o mesmo será objeto de revisão obrigatoriamente no máximo de cinco em cinco anos, ou seja, deverá ser revisto obrigatoriamente no em 2024.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão iniciou a intervenção referindo desejar fazer referência a algumas situações, nomeadamente à informação técnica na qual é referida que a tabela de taxas será obrigatoriamente revista no máximo de cinco em cinco anos, ou seja, deverá ser revista obrigatoriamente em 2024, sendo que no último paragrafo da mesma refere que “ *Neste sentido e face aos factos expostos, deixa-se à consideração superior a pertinência de se proceder à atualização ordinária que entrará em vigor em 01.01.2025.*”, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, não proceder a qualquer atualização ordinária da Tabela de Taxas Outras Receitas Municipais anexa ao Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais para o ano de 2025, sendo que a referida deliberação vem contrariar a informação do técnico. Face ao exposto, questionou o porquê de a Câmara Municipal não ter seguido as orientações do técnico.-----

-----Seguidamente, por não entender, questionou se o assunto em questão não irá colidir com o assunto do ponto 8. Discussão e Votação da Alteração do Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais, realçando que se por um lado não se procede a qualquer atualização e, posteriormente, existe um ponto sobre a alteração ao Regulamento, acreditando que o citado ponto venha ao encontro da informação técnica. Sendo que de acordo com a deliberação do Executivo entende não ter sido seguida a proposta do técnico, pelo que questionou o porquê. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o assunto em análise se refere a uma possibilidade de atualização ordinária do valor das taxas municipais da tabela de taxas e outras receitas

municipais, sendo o ponto 8. da Ordem do Dia referente a alteração ao Regulamento, ou seja, no primeiro caso estamos a referir a uma atualização das taxas e no segundo caso ao Regulamento não constando no mesmo somente taxas. Acresce que é proposto ao Executivo considerar ou não a atualização das taxas tendo sido deliberado, por unanimidade, não atualizar as mesmas, sendo que a alteração ao Regulamento seguiu os trâmites legais o que efetivamente existem taxas que foram objeto de alteração, tratando-se efetivamente de assuntos diferenciados.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que na sequência das palavras do senhor Presidente entende que, primeiramente deveria ser discutido ponto 8 e, posteriormente o ponto 4 por entender fazer mais sentido.-----

-----O senhor Presidente referiu novamente que o ponto em discussão é uma proposta de poder ou não ser alteradas as taxas, sendo o outro ponto a alteração ao Regulamento em que existem taxas que foram objeto de alteração, tratando-se de questões diferentes. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ter a mesma posição da senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão, ou seja, primeiramente existe um assunto cujo Executivo deliberou não alterar as taxas e, segundo um outro assunto para que se proceda a alteração ao Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais o qual tem taxas que, naturalmente, foram alteradas, entendendo tratar-se de uma contradição. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com doze votos a favor, quatro abstenções, e três contra, não proceder a qualquer atualização ordinária da Tabela de Taxas Outras Receitas Municipais anexa ao Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais para o ano de 2025.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão apresentou a seguinte declaração de voto:
“Voto contra porquanto entende que o assunto entra em conflito com a Alteração do Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais, realçando que a informação técnica refere que o Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas deve ser objeto de atualização, sendo obrigatória essa atualização no ano de 2024, pelo que, pelo facto de entender que cria um conflito, voto contra.”-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu subscrever a declaração de voto apresentada, por ter o mesmo entendimento.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - TABELA DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS 2025-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, com referência ao seu artigo 57º, o valor das taxas municipais pode ser atualizado anualmente (atualização ordinária), em correspondência com a taxa de inflação constante no Orçamento de Estado em vigor (4,4%), por ocasião da aprovação do orçamento municipal. De referir que o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e as taxas a ele associadas foram alvo de atualização extraordinária no ano de 2013, em que o cálculo dos custos apresentados na fundamentação económico-financeira das taxas referem-se a valores de 2012. Referiu ainda, que a informação técnica refere que de acordo com o artigo 58º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, o mesmo “(...) será objeto de revisão obrigatoriamente, no máximo de três em três anos.”. Referiu que o mesmo assunto, no passado ano, veio nos mesmos termos, realçando que também as taxas do referido Regulamento já deveriam ter sido objeto de alteração, pelo que questionou o porquê de o documento ser patente ao Executivo e à Assembleia Municipal sem que fosse objeto de alteração. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao senhor Chefe da DAG que se pronunciasse sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra o senhor chefe da DAG referiu que sobre o assunto a informação prestada nesta matéria pela senhora Chefe da DGUPA é a de que o regulamento se encontra a ser analisado aguardando que haja alguma definição e que seja publicada a alteração ao RJUE, estando o documento pendente dessa situação, porquanto pelas alterações impostas pelo RJUE, eventualmente, as alterações feitas ao RMUE poderão não estar em consonância com a legislação a vigorar. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a última atualização foi no ano de 2013 pelo que questionou para quando a alteração ao atual.-----

-----Dada a palavra o senhor Chefe da DAG referiu que a previsão é que assim que a alteração prevista à referida legislação estiver em vigor serão efetuadas as alterações ao Regulamento para que este reúna condições para ser submetido à apreciação e votação de ambos os órgãos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que houve uma alteração ao regime jurídico o qual irá ser novamente objeto de alteração pelo que não faria sentido ser presente o Regulamento para algum tipo de alteração para que passados alguns meses o mesmo ter que sofrer novamente alterações em função da legislação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com doze votos a favor, quatro abstenções, e três contra, não proceder a qualquer atualização ordinária da Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação anexa ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o ano de 2025.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão apresentou declaração de voto no sentido da anterior, salientando que neste caso não é cumprido o Regulamento, sendo o Executivo somente responsável pela alteração que deveria ter sido feita em 2022, não sendo cumprido desde 2016, pelo que não votará favoravelmente.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a sua declaração de voto é exatamente a mesma.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA) - ANO DE 2025-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta emanada da Câmara Municipal sobre a emissão prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais ou na sua reprogramação da Câmara Municipal por parte da Câmara Municipal delegada no Presidente da Câmara Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

-----1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos:-----

-----a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-

-----b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

-----3. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todos os compromissos plurianuais a assumir durante o ano de 2025, desde que respeitadas as condições constantes dos nºs 1 e 2. -----

-----4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

-----7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE GÓIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta referiu estranhar as palavras da senhora Presidente da Assembleia Municipal quando mencionou que os assuntos 4 e 8 da Ordem do Dia chocam, uma vez que é da responsabilidade da Mesa da Assembleia Municipal a elaboração da Ordem do Dia.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que tanto o Ponto 8 como o Ponto 9 da Ordem do Dia foram solicitados introduzir, na presente sessão, por parte do senhor Presidente, após facultada a Ordem do Dia e respetivos documentos aos membros da Assembleia Municipal. Neste sentido, a Mesa da Assembleia Municipal anuiu ao pedido por parte do senhor Presidente pelo que no início dos assuntos da Ordem do Dia teve o cuidado de questionar a Assembleia Municipal se concordava em discutir e votar ambos os assuntos na presente sessão. -----

-----Dada a palavra o senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta lembrou o senhor Presidente da Câmara Municipal que o presente Regulamento esteve esquecido, sendo que em resposta ao PS

referiu que o presente Regulamento deveria estar pronto no ano de 2006, em virtude de a Casa da Cultura de Góis ter sido inaugurada em 2006 e, volvidos 18 anos, um Executivo que só se preocupa com muros, murinhos, valetas e valetazinhas, não é que conseguiu em três anos apresentar um Regulamento que outros não o fizeram em 15 anos, pelo que dirigiu os seus parabéns ao senhor Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal porquanto o presente Regulamento só pecar pelo o atraso, salientando que o mesmo atraso é desde o ano de 2006. Referiu que, com certeza, que se não se não se estivesse a elaborar Regulamentos desta natureza teriam mais tempo para analisar e propor projetos de grande dimensão como aqueles que o Partido Socialista nos habituou nos últimos anos. -----

-----Relativamente ao documento em análise referiu que o requerimento obriga a que a sinopse seja em português e inglês manifestando o seu desagrado por entender que efetivamente poderia ser em português ou em inglês, não entendendo a obrigatoriedade de ser simultaneamente nas duas línguas. Referiu que quando este edifício foi construído lembraram-se que tinham que cortar fundos, tendo o Executivo Socialista da altura cortado fundos no que concerne ao isolamento dos espaços, isolamento este que é fundamental, pelo que apresentou um voto de coragem ao presente Executivo pelo facto de ter ainda que investir nesta Casa da Cultura, sendo exemplo disso as portas de acesso a este auditório pelo facto de não terem sido as mais adequadas, por não terem batentes, não sendo também isoladas, pelo que ainda há muito por fazer neste espaço. De seguida, apresentou alguns pontos para reflexão, ou seja, era que o presente Regulamento trouxesse uma efetiva agenda cultural ao concelho de Góis, uma agenda dinâmica e, sobretudo, inclusiva de todos os parceiros da Câmara Municipal porque felizmente na área cultural de Vila Nova do Ceira até às Cortes existem muitos grupos dinâmicos, interessados e empenhados para apresentação do seu trabalho cultural. Uma outra questão era sobre o bar existente neste espaço entendendo que era merecedor de ser explorado por um particular, ainda que fosse somente ao fim de semana e em dias de espetáculos, em que fosse também dada a oportunidade de apresentação de pequenos concertos, traduzindo-se de uma mais valia para Góis criando alguma rotina e identidade que pudéssemos identificar este bar como espaço para utilização. Uma outra questão era que todos os espetáculos tivessem uma introdução publicitária como a que existe nos cinemas. E, por falar em cinema referiu que a passagem de filmes tem sido um sucesso salientando que somente faltam as pipocas nos filmes cujo público são crianças. Por último, referiu que com a aprovação do Regulamento de taxas no qual é referido que os espetáculos da Câmara Municipal são orçamentados no que concerne à bilhética sendo sua sugestão que não existisse

taxa zero, i.e., deveria existir uma taxa mínima para qualquer tipo de espetáculo por entender que a cultura tem de ser paga.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal na sequência das palavras do senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta sobre o ano da inauguração da Casa da Cultura informou não ter sido no ano de 2006, mas sim em Julho do ano de 2013, tendo a obra da Casa da Cultura de Góis se iniciado no ano de 2010.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu terem sido apresentadas sugestões que poderão ou não ser exequíveis, sendo exemplo disso o bar que não tem equipamentos para estar disponível para a sua exploração, assim como existem outros espaços que fruto das circunstâncias e das contingências existentes na construção deste edifício não ficaram como estava inicialmente previsto no projeto, recordando-se bem do mesmo, havendo espaços que ficaram diferentes, por diversas questões. Quanto a outras questões terão que ser analisadas para que possam possivelmente ser implementadas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Utilização da Casa da Cultura de Góis.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----8. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, foi publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 22, de 31 de janeiro de 2020, pelo que considerada a necessidade de elaboração e aprovação de alteração ao Regulamento suprarreferido teve lugar o respetivo procedimento em conformidade com o preceituado no Código do Procedimento Administrativo, doravante CPA aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. Referiu que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 24.09.24, deliberou iniciar o procedimento regulamentar, estando o documento em condições de ser submetido à deliberação da Assembleia Municipal. Referiu que como anexos do documento temos a tabela de taxas e a fundamentação económico-financeira da tabela de taxas e outras receitas municipais.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração

do Regulamento Geral e Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**9. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE GÓIS**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu eu considerando a transferência de competências em virtude das alterações introduzidas pelo D.L. 100/2018 de 28 de Novembro, no que tange à gestão de infraestruturas e equipamentos das estradas e caminhos no perímetro urbano e também do D.L. 107/2018 de 29 de Novembro no que respeita à transferência de competências para a regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos dentro das localidades e fora das localidades sob jurisdição municipal, bem como a competência para a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários, incluindo a aplicação de coimas e custas. Neste sentido, referiu ter sido considerado importante elaborar o presente Regulamento tendo sido submetido a todos os procedimentos legais.-----

-----Seguidamente, e por se estar a falar em regulamento de trânsito, ainda que o assunto não esteja relacionado com a análise do documento em causa, questionou se o parque de estacionamento do Centro de Saúde é público ou privado.-----

-----O senhor Presidente referiu entender que o espaço em questão deve ter ficado registado no artigo do imóvel em questão, entendendo que a sua utilização é pública para os utentes desta unidade de saúde. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que deve o espaço de estacionamento ser reordenado pelo facto de se visualizar, várias vezes, um veículo estacionado, entre a porta das urgências e da entrada geral para esta unidade, entendendo não ser o espaço ideal para estacionamento pois poderá ser impedimento para estacionamento de uma viatura de emergência médica.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta referiu que no estacionamento entre o Pavilhão Gimnodesportivo e o Posto da GNR deverá ser colocada à entrada deste, junto à GNR, um sinal de sentido único, e na saída deste, junto ao Pavilhão, um sinal de proibição, de forma a evitar constrangimentos na circulação do trânsito.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Góis.-----

-----**10. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Lei Bases do Clima (Lei nº 98/2021 de 31 de dezembro), aprovada pela Assembleia da República, vem consolidar objetivos e estabelecer princípios, direitos, deveres e obrigações, em matéria de ação climática, para os diferentes níveis de governação e a considerar no desenvolvimento de políticas setoriais. A presente lei define ainda o quadro de governação da política do clima, mais especificamente nas políticas climáticas regionais e locais, regulamentando o desenvolvimento dos instrumentos de planeamento e avaliação. O mesmo diploma, no seu artigo 14.º, destaca os Planos Municipais de Ação Climática, doravante dominado PMAC, e estipula que deve ser elaborado de acordo com as orientações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Neste sentido, a Câmara Municipal autorizou iniciar o procedimento tendo o documento sido elaborado por uma empresa contratualizada pela CIM-RC.-----

-----De seguida, referiu que da análise feita ao documento desejava que lhe fosse esclarecido o seguinte teor: *“Contudo, durante o período de Consulta Pública foi necessário retificar a página 7 do documento, mais especificamente a seguinte frase: “De modo a aprofundar o diagnóstico, recorreu-se à aplicação de questionários aos principais stakeholders e setores de atividades com o objetivo de compreender a perceção dos mesmos no que se refere à ação climática”, uma vez que não faz sentido este tipo de referência, pois não foram usados questionários para a elaboração do Plano.”*, pelo que na referida página quando faz referência a que se retificou a referida frase, esta não existe no documento, devendo ter efetivamente sido eliminada e não retificada, sendo mais correta a palavra eliminada, salientando que se não houveram questionários naturalmente não faz sentido a frase constar no documento.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que efetivamente cabe a todos nos preocuparmos com as ações climáticas porquanto as alterações climáticas estão a tomar proporções fora do comum, pelo que questionou quais as ações que a Câmara Municipal irá levar a efeito para limitar o aumento e prevenir os impactos das alterações climáticas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que é objetivo deste documento definir obrigações que o Município terá que cumprir nas diversas ações resultantes da sua atividade, ou seja, existem procedimentos que terão que ser implementados respeitando o que está definido no documento, sendo exemplo disso os objetivos do desenvolvimento sustentável, sendo do conhecimento de todos que somente dois Municípios é que foram galardoados com uma Menção Honrosa, Góis e Cascais, havendo naturalmente uma diferença entre os dois Município. No entanto, as práticas que temos nas diversas ações que o Município implementa têm respeitado os objetivos do desenvolvimento sustentável, são sinalizadas, reportadas e reconhecidas, ou seja, aquilo que os documentos orientadores definem nós quando os implementamos no terreno temos de respeitar o que se encontra no documento em análise, porquanto é monotonizado. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal de Ação Climática. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**11. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2024 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA**-----

-----A senhora Presidente referiu que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 14.12.2024, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.09.2024 a 31.10.2024.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão questionou que o documento faz referência

à aquisição de serviços de animação socio-cultural – promoção sucesso escolar, questionando qual a finalidade, questão a que o senhor Presidente respondeu tratar-se de um projeto no âmbito do Projeto Realiza.te na CIM RC.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**12. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Presidente referiu que no presente ponto irão estar à discussão o Relatório de 01.05.24 a 31.08.24 pelo facto de o documento ter sido entregue fora do prazo à Assembleia Municipal e, por esse mesmo facto, não ter sido objeto discussão na última sessão, e também o Relatório referente ao período de 01.09.24 a 31.10.24, tendo para o efeito questionado se os membros desta Assembleia pretendiam alguns esclarecimentos.-----

-----Referiu que na página 12 do último Relatório refere a “Reparação de dois armários – Associação de Jovens de Cortes” questionando se existe uma nova Associação ou se provavelmente se trata do Grupo de Jovens Alvarenses, questão a que o senhor Presidente referiu tratar-se efetivamente do Grupo de Jovens Alvarenses.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a dez da Ordem do Dia. -----

-----**PÚBLICO:** Não houve qualquer intervenção por parte do público presente.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, em nome pessoal e da Mesa da Assembleia Municipal, desejou a todos festas felizes e que o ano novo seja vivido com renovada esperança no futuro.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, da Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----



A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)